



ESEF - ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE FAFE

PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NA DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES E OPÇÕES CURRICULARES DA ESCOLA

**CURSO DE FORMAÇÃO ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO E
ORGANIZAÇÃO ESCOLAR**

Professor Orientador
Professor Doutor João Pascoinho

7 de junho de 2022

PAULA CRISTINA NOGUEIRO MESQUITA

37151@iesfafa.pt

Índice

1. Introdução	1
2. Metodologia e contexto de investigação	4
2.1 Contexto de estudo e participantes	4
2.2 Metodologia de fases da investigação	5
3. Apresentação e análise dos resultados.....	6
4. Conclusão	12
5. Referências Bibliográficas	15

Resumo

O presente estudo visa identificar e aprofundar **de que forma são integradas as vozes dos alunos na definição das prioridades e opções curriculares estruturantes da Escola**. Partiu-se do quadro normativo que regula as políticas públicas de Educação, complementado pela pesquisa bibliográfica de autores e estudos de referência nesta temática. Este estudo, de carácter exploratório, enquadra-se numa investigação qualitativa, uma vez, que se procura compreender e analisar a realidade social e escolar a partir das conceções e práticas de participação das crianças e alunos do Agrupamento de Escolas de Alcanena (AEA).

Para tal recorreu-se aos documentos orientadores do AEA e à realização de uma entrevista à Diretora. Posteriormente procedeu-se à triangulação dos dados recolhidos através da análise de conteúdo.

Conclui-se que *a Voz dos Alunos* assume uma importância significativa, havendo por parte das lideranças uma intencionalidade clara e objetiva em promover, quanto mais precocemente possível, a participação dos alunos em diferentes contextos e âmbitos da Vida do Agrupamento.

Palavras-chave: Participação, Voz dos Alunos, Projeto Educativo, Currículo e Cidadania Ativa.

Abstract

The present study aims to identify and deepen how the voices of students are integrated in the definition of the priorities and the structuring curricular options of the school. The starting point was the normative framework that regulates public education policies, complemented by bibliographic research of authors and reference studies on this topic. This exploratory study is part of a qualitative investigation, since it seeks to understand and analyze the social and the school reality from the conceptions and practices of participation of children and students from the Alcanena School Group (AEA).

To this end, the AEA's guiding documents were used as well as an interview with the Director was carried out. Subsequently, the data collected was triangulated through content analysis.

We conclude that the voice of the students assumes a significant importance, with the leaders having a clear and objective intention to promote, as early as possible, the participation of students in different contexts and areas of the Life of the School Group.

Keywords: Participation, Voice of the students, Educational project, Syllabus, Active citizenship

1. Introdução

«(...) a educação parece transformar-se cada vez mais em capacitação para a colaboração. Colaborar é participar num trabalho comum e educar não pode ser outra coisa senão ensinar e aprender a colaborar e participar. Os antigos objectivos da Escola que perseguiam prioritariamente a aquisição de conhecimentos, habilidades e normas de conduta, passaram a ser o que actualmente se chama o campo pretextual, isto é, os pretextos para que, mediante a participação, se gere nos educandos a colaboração.». (Garcia, 1995, pp. 236-237)

Este tema emerge de uma particularidade das políticas de autonomia e flexibilidade curricular da escola pública portuguesa, nomeadamente, no que se refere à participação dos alunos. Pretende-se analisar como é que os alunos colaboram nas opções e prioridades das estruturas curriculares da escola. Tem como objetivo conhecer o modo como se constrói e se desenvolve esta participação dos estudantes dos vários ciclos de ensino, no Agrupamento de Escolas (AE), objeto de análise.

Porém, apesar de muito se falar em autonomia e flexibilidade curricular, é necessário evidenciar a participação na perspetiva do desenvolvimento de uma escola mais democrática, assunto que foi objeto de estudo por Lima (2002), em que destaca o envolvimento dos vários elementos da comunidade educativa na escola “para a problemática da democratização da educação e do ensino e para a construção da escola democrática”. A ideia de escola democrática teve início, como sublinhou Lima (1998), com as crises estudantis associadas ao desenvolvimento das ciências humanas, principiadas com o maio de 1968 e prolongadas pela década de 70. A consequência destes movimentos alterou a perspetiva e a visão sobre o papel da escola na renovação e transformação da sociedade. Os alunos debateram questões como a igualdade de acesso e igualdade de oportunidades, cujo resultado foi a abertura da escola à participação dos alunos.

Estes movimentos estudantis antes e o após 25 de abril foram alvo de discussão, levando ao desencadeamento de objetivos para que, em 14 de outubro de 1986, fosse finalmente aprovada e publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo, alterada pelas Leis números 115/97, de 19 de setembro, 49/2005, de 30 de agosto, e 85/2009, de 27 de agosto, consagrando o direito à educação pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.

Paralelamente, através do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, identificou-se “a necessidade de revisão do regime jurídico da autonomia, administração e gestão das escolas no sentido do reforço da participação das famílias e comunidades na direção estratégica dos estabelecimentos de ensino e no favorecimento da constituição de lideranças fortes”.

Tal como consta no Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de junho, “assente neste quadro programático e na experiência adquirida no decurso da vigência do regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré - escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto -Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, o governo pretende promover a sua revisão com vista a dotar o ordenamento jurídico português de normas que garantam e promovam o reforço progressivo da autonomia e a maior flexibilização organizacional e pedagógica das escolas, condições essenciais para a melhoria do sistema público de educação”.

Atualmente, a participação dos alunos é uma condição sempre que se fala em políticas de Autonomia e Flexibilidade, sendo salientada num dos princípios do documento “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” (PASEO). Neste documento homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho, são definidos os propósitos a adotar pela comunidade educativa de uma determinada Instituição Escolar e no qual estão definidas normas comuns no âmbito da escolaridade obrigatória ao nível curricular, na organização, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem. Destaca-se sobretudo o PASEO pela importância que assume enquanto documento de referência para a organização de todo o sistema educativo e para o trabalho das escolas.

Neste enquadramento legislativo, no Decreto-Lei n.º 55/2018 de 06-07-2018, Artigo 19.º, ponto 6, são esclarecidas as áreas de competências definidas no PASEO, em que a escola, no contexto da sua comunidade educativa, estabelece prioridades no desenvolvimento do planeamento curricular, previstas no Artigo 19.º, que se passa a transcrever:

- a) A valorização das artes, das ciências, do desporto, das humanidades, das tecnologias de informação e comunicação, e do trabalho prático e experimental, bem como a integração das componentes de natureza regional e da comunidade local;

- b) A aquisição e desenvolvimento de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da autoestima dos alunos;
- c) A promoção de experiências de comunicação e expressão em língua portuguesa e em línguas estrangeiras nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal;
- d) O exercício da Cidadania Ativa, de participação social, em contextos de partilha e de colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade;
- e) A implementação do trabalho de projeto como dinâmica centrada no papel dos alunos enquanto autores, proporcionando aprendizagens significativas.

No que se refere mais concretamente à participação dos alunos, o normativo refere-se à importância de “promover o envolvimento dos alunos, definindo procedimentos regulares de auscultação e participação dos alunos no desenho de opções curriculares e na avaliação da sua eficácia na aprendizagem”.

A intencionalidade, de *dar Voz aos Alunos*, encontra-se de forma explícita no PASEO:

“Garantir o acesso à aprendizagem e à participação dos alunos no seu processo de formação requer uma ação educativa coerente e flexível. É através da gestão flexível do currículo e do trabalho conjunto dos professores e educadores sobre o currículo que é possível explorar temas diferenciados, trazendo a realidade para o centro das aprendizagens visadas.” (Oliveira-Martins et al., 2017 p. 13)

Neste estudo assumiu-se que:

“participar significa influir diretamente nas decisões e no processo em que a negociação e a concertação entre adultos e crianças são fundamentais, um processo que possa integrar tanto as divergências como as convergências relativamente aos objectivos pretendidos e que resultam num processo híbrido. A participação é um processo gradual, mas seguro, que se pretende, pela experiência e pela aprendizagem da participação das crianças, seja um valor em si mesmo e um direito fundamental da infância no reforço dos seus valores democráticos.” (Tomás & Gama, 2011, p. 3)

Por conseguinte, com este estudo empírico, de carácter exploratório, pretende-se investigar como é que os AE têm em conta a participação dos alunos na definição das prioridades e nas opções curriculares. Pretende-se, ainda, analisar as estratégias de motivação e de incentivo à participação dos alunos, através da criação de espaços de diálogo que

intensifiquem a construção de uma verdadeira cultura de cidadania participativa dos alunos na escola e na avaliação da sua eficácia na aprendizagem.

Nesta perspetiva e para dar resposta ao Problema: **De que forma são integradas as vozes dos alunos na definição das prioridades e opções curriculares estruturantes da Escola?** foram definidos os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Analisar a forma como as lideranças e os professores integram a participação dos alunos na definição das prioridades e opções curriculares estruturantes do Agrupamento.

Objetivos específicos:

- Identificar os níveis e modos de participação e envolvimento dos alunos no Projeto Educativo e outros documentos orientadores do Agrupamento de Escolas.
- Analisar as conceções dos alunos sobre a sua participação na definição das prioridades curriculares da escola;
- Interpretar a conceção dos professores sobre a “participação dos alunos na definição das prioridades curriculares da escola” e como é que eles a consideram na sua ação;
- Analisar as conceções das lideranças sobre a “participação dos alunos na definição das prioridades curriculares e como é que eles a consideram na sua ação”.

2. Metodologia e contexto de investigação

2.1 Contexto de estudo e participantes

Para a realização deste estudo foi escolhido o AEA que foi criado a 1 de agosto de 2010. Integra todos os níveis de ensino desde o pré-escolar, ao 12º ano, incluindo o ensino noturno e RVCC em articulação com o Centro Qualifica. O número de alunos a frequentar este Agrupamento é sensivelmente de 1637, sendo constituído por vários estabelecimentos de ensino que estão dispersos pelas várias freguesias do Concelho - 11 Jardins de Infância, 10 escolas do 1º ciclo, 1 escola do 2º ciclo, 1 escola integrada com o 1.º, 2.º e 3.º ciclos e uma escola secundária com 3.º ciclo. (AEA, 2019, p. 6)

Esta escolha decorreu do facto de este desenvolver projetos importantes de inovação educativa, possibilitando fazer um trabalho exaustivo de investigação, sobre a participação dos alunos na construção da sua escola e do seu saber, através de uma participação mais ativa.

Tal facto é evidenciado através do reconhecimento de múltiplas entidades, tais como: convites lançados pelos organismos oficiais do ME (DGE, DGESTE, DGAE, DGAEP) para participação em projetos piloto (CoLab, L2C, PAFC, MENTEP, BLOOM, Ecossistemas de Aprendizagens e Bem Estar; Plano Nacional das Artes; Education 2030 - OCDE), únicos a nível nacional e europeu, funcionando o AEA como Escola Farol, projeto este que tem como lema “Uma escola diferente - Acreditamos que podemos contribuir para a felicidade e o sucesso escolar das nossas crianças, o nosso maior tesouro!”.

Face a estas práticas de referência a Diretora do AEA tem sido convidada para integrar grupos de trabalho e efetuar comunicações/seminários, redigir artigos científicos, partilhando as boas práticas sobre autoavaliação do AEA, Ambientes Educativos Inovadores, Gestão Curricular, Liderança, Articulação Curricular e Avaliação das Aprendizagens, Ensino Profissional, Trabalho Cooperativo, Projetos interdisciplinares, Autonomia e Flexibilidade Curricular, Competências Digitais e Mudança e Inovação na Escola Inclusiva, participando em dezenas de seminários nacionais e internacionais, em escolas e em centros de formação, no país e no estrangeiro.

2.2 Metodologia de fases da investigação

Tendo como base os objetivos definidos, este estudo situa-se no paradigma de uma investigação qualitativa, uma vez, que se procura compreender e analisar a realidade social e escolar a partir das conceções e práticas de participação das crianças e alunos do AEA (Bogdan e Biklen, 1994) a partir dos seus pontos de vista e perspetivas.

Considerando a problemática definida – **de que forma são integradas as vozes dos alunos na definição das prioridades e opções curriculares estruturantes da Escola?** – suportada no enquadramento e na seleção das referências bibliográficas, optou-se por organizar esta pesquisa nas fases que se passam a descrever.

Numa primeira fase procedeu-se à recolha e análise do Projeto Educativo, Regulamento Interno, Plano Anual de Atividades, Projeto Curricular do Agrupamento, Plano de Inovação, Plano de Mentorias, Plano das Artes entre outros.

Numa segunda fase e com o objetivo de aprofundar, clarificar e triangular os dados recolhidos na fase anterior, procedeu-se à elaboração do guião da entrevista a aplicar à Diretora.

Questões dirigidas à Diretora:

1. Enquanto Diretora qual a importância que assume a participação dos alunos nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola, em relação, a esta nova atitude de coparticipação/cocriação com os alunos nos destinos do Agrupamento das Escolas?
2. Qual tem sido a receptividade dos professores e das famílias à participação dos alunos?
3. Como é os alunos estão a operacionalizar e a participar nas estruturas, nomeadamente as previstas no Regulamento Interno, no artigo 128º sobre a “Voz dos Alunos”?
4. Como é que o Agrupamento de Escolas avalia os níveis de adesão e as áreas no âmbito de participação dos alunos? Quais são as principais evidências da “Voz dos Alunos”?
5. Quais têm sido as maiores dificuldades dos alunos na implementação da sua voz?
6. Considera que a participação dos alunos contribui para que estes atinjam as competências do perfil dos alunos (PASEO)? Em que medida?

Na fase seguinte, salvaguardando-se os procedimentos éticos e o respetivo consentimento informado para a sua gravação, procedeu-se à realização da Entrevista, à sua transcrição e respetiva análise.

Posteriormente fez-se a triangulação de todos os dados, bem como à reflexão e sistematização dos resultados que apresentamos no ponto seguinte.

3. Apresentação e análise dos resultados

Neste ponto procede-se à apresentação e análise dos resultados.

Como foi referido a análise dos documentos orientadores da política educativa do AEA, que se apresentam na Figura 1, constituiu-se fundamental para conhecer e aprofundar as dinâmicas e formas de participação dos alunos nas diferentes áreas da Vida do Agrupamento.

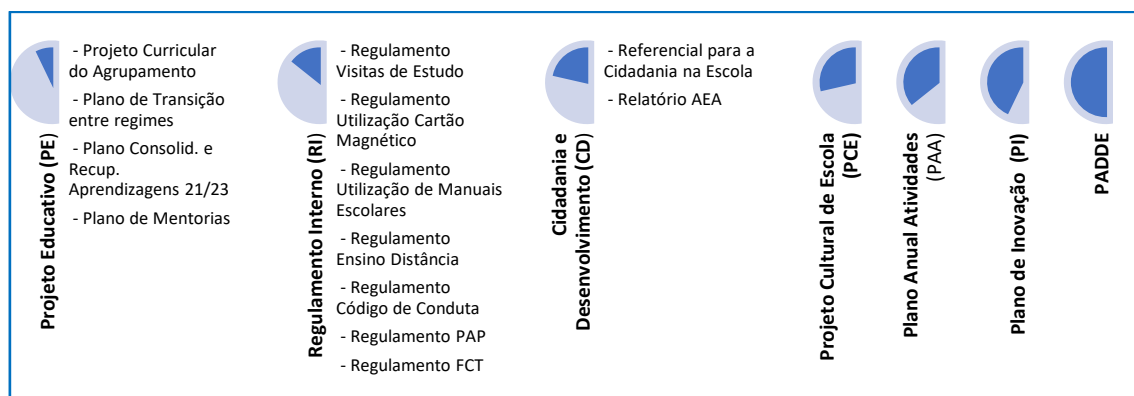


Figura 1: Documentos Orientadores do AEA

O Projeto Educativo (PE) assume como visão - *uma organização transformadora de referência, de excelência e bem-estar*. Resultante de um processo coletivo de aprendizagem dos diferentes agentes educativos, assume claramente que a sua construção constitui uma oportunidade de reflexão e de tomada de decisão “no sentido da coconceção de uma estratégia, que venha a assumir-se enquanto referencial do Agrupamento, alicerçada nos valores da qualidade, traduzidos em práticas de *accountability*, melhoria contínua, exigência, respeito, igualdade, inclusão, participação democrática e responsabilidade”. (AEA, 2019, p. 32)

Tal como é assumido e reconhecido, no AEA:

“o conceito de inclusão é tomado como uma missão central. Através de metodologias de aprendizagem por projeto e de muitas e variadas ofertas para a exploração e aprofundamento vocacional, a equipa de docentes e parceiros da escola está dedicada a empoderar cada aluno para que se torne um agente de transformação positiva na sua comunidade, sempre fomentando a compreensão profunda e comum da importância da cooperação, do respeito pela diversidade e igualdade.” (Programa Ashoka¹)

Este projeto pressupõe também o envolvimento de toda a organização numa multiplicidade de relações que extravasam as suas próprias fronteiras físicas, visando a mobilização da comunidade educativa alargada, onde se inclui a participação e envolvimento dos alunos.

Destaca-se ainda que as linhas orientadoras do seu Projeto Educativo, são as mesmas utilizadas no Plano Anual de Atividades e que assentam num quadro de referência para toda a comunidade educativa que estabelece com clareza o ponto de partida, as metas a alcançar, os caminhos e processos a utilizar para a consecução desses objetivos, e que se traduz em quatro eixos apresentados na Figura 2:

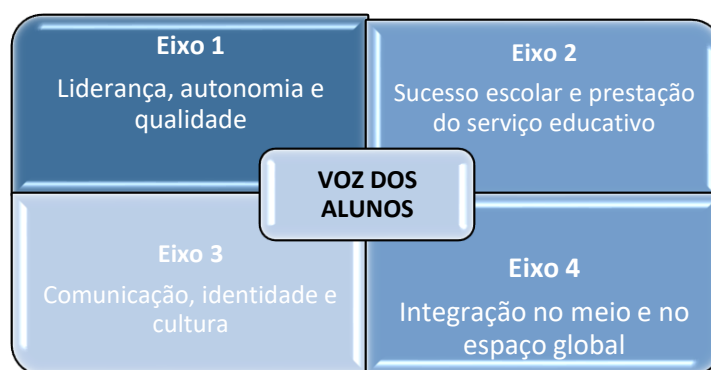


Figura2: Eixos do Projeto Educativo do AEA

¹ <https://www.ashoka.org/en-us/node/46362>

Tendo em consideração estes quatro eixos, a análise mais aprofundada ao PE e ao PAA, onde estão plasmadas as atividades e projetos em que os alunos participam e que muitas delas, dinamizam, permitiu identificar as estruturas e áreas onde a participação e a *Voz dos Alunos* é evidente. O mesmo se verificou nos restantes documentos analisados. Salienta-se a transversalidade e a interdependência em todos eles, sendo notória a preocupação com a participação dos alunos, uns a nível formal e outros no âmbito curricular.

A importância que é dada à participação dos alunos, a que estrategicamente designam de “*A Voz dos Alunos*”, é definida claramente no Artigo 128º do RI, que a seguir se transcreve:

“A Voz dos Alunos

Artigo 128º

A Voz dos Alunos

1- Os alunos podem reunir-se em:

- a) Assembleias de turma;
- b) Assembleias interturmas;
- c) Assembleias de ciclo;
- d) Assembleias interciclos;
- e) Reuniões gerais de alunos;
- f) Reuniões de delegados e subdelegados;
- g) Fóruns diversos.

2- Os alunos participam também:

- a) No Conselho Geral;
- b) Em conselhos pedagógicos, enquanto convidados;
- c) Nos conselhos de turma;
- d) Na equipa de autoavaliação;
- e) Em assembleias eleitorais diversas.

3- Os alunos são representados:

- a) Pela associação de estudantes;
- b) Pelos seus representantes no Conselho Geral;
- c) Pelos delegados e subdelegados de turma;
- d) Pelos embaixadores da OCDE.

4- Os representantes dos alunos designados no número 3 têm o direito de solicitar espaços para a realização de reuniões, para a apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento do agrupamento, sem prejuízo do cumprimento das atividades letivas”

A análise à entrevista da Diretora do Agrupamento veio reforçar não só a importância da participação e do envolvimento dos alunos, mas também a compreensão das dinâmicas e lógicas que lhe estão subjacentes.

Quando questionada acerca da importância que assume a participação dos alunos nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola, em relação, a esta nova atitude de coparticipação/cocriação com os alunos nos destinos do Agrupamento das Escolas, a mesma referiu que faz todo o sentido esta atitude de coparticipação e cocriação com os alunos nos destinos do AEA, afirmando:

“...nós temos um conceito de agência que tem a ver com a construção da visão partilhada do agrupamento e isso implica de alguma forma difundir a agência não só aos professores, aos parceiros, mas também aos alunos a diversos níveis. Quer ao nível da tomada de decisão das decisões da escola, quer ao nível da sala de aula, em que os alunos também são levados a tomar decisões no dia a dia daquilo que é o seu percurso e os projetos que querem

desenvolver, da forma como querem desenvolver e das parcerias que querem estabelecer e como é que eles querem apresentar os resultados à comunidade.”

A mesma refere que a participação dos alunos é estimulada, na própria aula, realçando a necessidade de um “outro estilo de liderança no professor que pressupõe que trabalhe como agência com os alunos” que lhes permitam tomar decisões nas diferentes áreas e sedes de participação, tal como ilustra o seguinte excerto:

“isso pode acontecer ao nível da Assembleia de Turma, da Assembleia delegados de turma, como acontece com a Associação de estudantes quando são convidados a participar no Conselho Pedagógico, ao nível dos concelhos de turma que eles são estão lá representados, ao nível do Conselho Geral, assim como fazem a reunião geral de alunos, no orçamento participativo da escola, orçamento participativo jovem, e todos os outros projetos em que eles se envolvem, que são muitos tanto a nível nacional e Internacional e que tem a ver com uma participação que só faz sentido para eles e com eles...”

Estas apreciações, fazem todo o sentido, pois como referem Gibbs & Poskitt (2010, citado em Fernandes, 2013) os

“alunos altamente envolvidos são caracterizados pelo sentimento de ligação com a escola, professores e colegas; possuem competências de autorregulação (sense of agency); despendem esforço, mostrando compromisso com a aprendizagem, sendo intrinsecamente motivados na sua aprendizagem; sentem-se confiantes sobre a sua capacidade para aprender e terminar com êxito, sendo orientados para o sucesso e possuindo e usando processos autorregulatórios e competências.” (p. 33)

Em relação à recetividade dos professores e tendo esta experiência de *sence of agency* estes, segundo a Diretora do AEA, têm consciência da necessidade de envolvência dos alunos:

“Todos os professores ordinariamente todos os semestres, ou a seguir a cada uma das pausas no início do semestre ou a meio do semestre, realizam uma assembleia de turma para fazer o ponto da situação e da avaliação, seja ela seja sumativa, ou seja, ela qualitativa, assim como fazer o ponto da situação para fazer os projetos interdisciplinares ou outras situações... Portanto essas assembleias de turma são realizadas sempre que faz sentido. Por causa do projeto interdisciplinar ocorrem ordinariamente cinco, que são marcadas pela direção e decorrem durante a manhã inteira em espaço de sala de aula. Depois é feito também um fórum de escola onde vão os representantes de ciclo dizer aquilo que recolheram dos outros. Em Conselho Pedagógico ouve-se e dialoga-se com os alunos para perceber como as coisas estão a correr.”

Foi visível durante este diálogo, que a Diretora sente uma grande responsabilidade social, daquilo que fazem com os alunos, pois o sucesso destes depende o futuro da comunidade local. Por isso, o esforço no desenvolvimento de uma Cidadania Ativa, esclarecida, para que os alunos sejam inovadores, transformadores e empreendedores é uma opção estratégica. Reconhece que têm um grupo de alunos muito heterogéneo, uns focalizados na aprendizagem, mas muitos desmotivados e que não sabem o que querem, mas todos eles têm que construir um projeto de vida. Por isso, mergulharam na

flexibilidade e numa gestão de currículo sendo ela facilitadora desta diferenciação. Os professores na sua atividade pedagógica e nas assembleias de turma estão conscientes da importância da relação aluno/escola e aluno/professor, para cativar, envolver e promover práticas de participação efetiva dos alunos em dinâmicas de sala de aula e projetos de turma mais eficazes.

Segundo a Diretora, valorizando o papel decisivo dos professores neste processo, afirma que tem sido muito gratificante trabalhar com estes profissionais, pois eles tentam efetivamente dar resposta à diversidade de alunos que têm, e aos desafios que esta lhes coloca.

Relativamente à receptividade dos Encarregados de Educação na participação dos seus educandos na Co criação e Co participação nos destinos do AEA, a Diretora refere que os mesmos concordam com essas práticas de Cidadania Ativa. Reforça ainda a importância do envolvimento e da participação dos EE em diferentes opções estratégias do AEA:

“(…) têm como perceber é a aquisição que fazemos sistemática e aí eles também a recebem, ou seja, sobre o plano inovação quer acerca da sustentabilidade, sobre os manuais digitais... Para o ano quase todas as turmas irão ter manuais digitais em todos os ciclos (desde o 5.º aos 12.º anos) ainda que no sexto ano só teremos 2 turmas e no 9.º apenas uma, porque eram os pilotos que tinham começado de 7.º ano. Tudo isto são projetos que requerem aferição de todos os intervenientes, portanto os Pais são constantemente solicitados a participar nestes e noutros, assim como nas assembleias de turma”.

Relativamente à participação dos alunos nas diferentes estruturas do AE (AEA, 2020, p. 23) a mesma referiu que os alunos são chamados ao Conselho Pedagógico para participar no debate e tomada de decisão de opções/ações estratégicas:

“Depende do que estamos a discutir, por exemplo, quando estamos a discutir uma mudança no Plano de Inovação, eles são convidados a tomar palavra, ou se foram à OCDE, dizer no Conselho pedagógico o que se está a debater, ou outra situação que esteja relacionada com uma outra inovação. O que nós queremos é ouvir a opinião deles. A Associação que foi eleita, faz sentido ir lá apresentar o seu plano de atividades. Está-se a discutir o relatório de autoavaliação da escola, e então convidam-se os alunos para ir ao Pedagógico.”

Quanto aos níveis de participação dos alunos, na opinião da Diretora, a adesão é total, existindo várias evidências desta participação desde vídeos, fotografias, postites que são afixados em locais públicos da escola como a Biblioteca, apresentações dos próprios projetos à comunidade local e alargada, como por exemplo, a Universidades.

Quando questionada sobre a maior dificuldade dos alunos na participação e em *fazer ouvir a sua voz*, ela respondeu:

“Neste momento todos participam. No princípio as Assembleias eram muito dirigidas, eles tinham 3 ou 4 perguntas que tinham de responder em cada assembleia e os miúdos eram integrados em grupos heterogéneas e todos os miúdos tinham uma postite em que cada um tinha que dar a sua opinião e responder e depois eram afixadas, portanto não havia ninguém

que ficasse sem resposta. As primeiras assembleias quando nós começamos em 2017 eram assim e, portanto, eles foram-se habituando. Ao longo dos anos e como começaram a partir do 1.º ciclo tem havido cada vez menos resistência, pois estão habituados, a competitividade e a participação entre eles têm sido gradual e depende das dinâmicas do Diretor de Turma. Há diretores de turma que os põem a debater e depois ouvem-nos, há outros que os interpelam diretamente, ou seja, depende tudo da dinâmica do Diretor de Turma.”

Constata-se que houve um crescimento gradual do âmbito e nos modos de participação dos alunos, resultante da avaliação das práticas desenvolvidas ao longo do tempo pelo AEA.

A Diretora acrescenta e reconhece a importância de promover práticas e comportamentos de participação e promoção o mais precoce possível de Cidadania Ativa por parte das crianças, daí que atualmente se iniciam essas práticas na educação pré-escolar. Naturalmente que quando os alunos chegam ao Ensino Secundário e se constituem em Associação, a qualidade da participação aumenta significativamente na qualidade, como na diversidade.

Tudo o que se vem referindo, fundamenta e enquadra a importância e o contributo decisivo da *Voz dos Alunos* efetiva e sistemática para que estes atinjam o previsto no Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória. A este propósito, a Diretora referiu o seguinte:

“Sim, as competências transformativas e também a parte da democratização dentro desses valores e não só o espírito crítico, a forma de comunicar, tudo isso a própria criatividade quando é aguçada quando queremos mudar qualquer coisa na escola em que eles têm que pensar fora da caixa, tudo isso está lá, não é? Nos projetos que eles desenvolvem e são impelidos a desenvolver, todas as competências do perfil estão lá, desde a criatividade, à comunicação, à resolução de problemas, ao espírito crítico, à investigação, à parte estética, ao bem-estar, à saúde, ao ambiente. Tudo isso está sempre presente!”

Realçando também o desenvolvimento das atitudes e valores, a mesma reforça a perspetiva de transversalidade com as áreas do currículo na definição da estratégia de Cidadania e Desenvolvimento do Agrupamento.

“Agora nós já não temos a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, a não ser no 2º ciclo. Temos cidadania em ambiente e cidadania e atualidade. No 7.º e 8.º anos, o programa de ciências tem a ver com aspetos ambientais, portanto o que queremos é que os alunos mudem os comportamentos e as atitudes, daí aliarmos a cidadania a essa parte. No caso da história de 9.º ano já tem a ver com a história atual, e queremos com isto tudo, que os miúdos sejam argumentativos a tais posições. Portanto, a cidadania para nós tem de ser transversal não pode ser nós estarmos a falar de poluição e depois perguntamos a um aluno “se fosses presidente de câmara o que farias?”, nesta situação e ele não saber responder. Isto não passa decorarem as causas, os efeitos e como é que se evita, mas depois não saberem responder. Não pode ser assim. Nós queremos alunos transformadores, futuros cidadãos de uma Cidadania Ativa. É para isso que trabalhamos”.

Este testemunho da Diretora é congruente com o que consta no Relatório da disciplina de Cidadania do AEA, que refere o seguinte:

“Tal como preconizado pela Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) e no Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória, a Estratégia de Educação para a Cidadania do Agrupamento de Escolas de Alcanena (EECE) valoriza uma cultura escolar que se exprime através das atitudes, dos valores, dos princípios, de boas práticas quotidianas e de preparar os alunos para uma Cidadania Ativa, responsável, justa, promotora do bem-estar e da saúde individual e coletiva”. (AEA, 2021, p. 1)

Deste modo, a estratégia de Cidadania e Desenvolvimento do AEA assume grande relevância nos processos de participação dos alunos, uma vez que todos “os domínios a trabalhar são intercomunicantes, tendo por base uma visão holística da pessoa, contemplando atividades como a realização de assembleias, fóruns e iniciativas que congreguem a participação plural de todos, potenciação de projetos centrados em voluntariado, nos direitos humanos, no desenvolvimento sustentável, na interculturalidade e na igualdade de género”. (AEA, 2021, p. 1)

Em síntese, considera-se que há uma intencionalidade clara e objetiva em promover a participação dos alunos em diferentes contextos e âmbitos.

4. Conclusão

Nas últimas décadas tem-se assistido a um conjunto de estudos, fóruns, debates e projetos sobre a participação e a facilitação da implementação da *Voz dos Alunos*, daí que estudar as questões da participação das crianças e alunos remete-nos para uma reflexão àcerca do seu papel na escola, nomeadamente, no que se refere à sua agência e ação nos diferentes contextos educativos, ou seja os seus direitos de participação. (Tomás & Gama, 2011, p. 17)

Esta recentração na importância da *Voz dos Alunos* atravessa todo o quadro normativo atualmente em vigor, do qual se destaca o PASEO, enquanto documento de referência para a organização de todo o Sistema Educativo e para o trabalho das Escolas.

A realização deste estudo colocou em destaque a importância que assume a participação dos alunos nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola, face a esta nova atitude de coparticipação/cocriação com os alunos nos destinos do Agrupamento das Escolas.

No AEA os alunos são considerados como atores sociais com direitos, é adotada uma filosofia sobre o respeito de cada um, reconhecendo a singularidade de cada criança

e jovem, promovendo uma Cidadania Ativa para que estes ao terminarem o seu percurso neste Agrupamento, sejam cidadãos autónomos e reflexivos.

Foram evidentes as práticas sistemáticas de ouvir **a Voz dos Alunos**, em convergência com o apresentado na Recomendação n.º 2/2021 do Conselho Nacional de Educação, do que se deve entender por Voz que a seguir se transcreve:

“Entendemos por voz das crianças e dos jovens na Educação Escolar” a possibilidade e o direito das crianças e dos jovens terem oportunidade para exprimir as suas ideias e opiniões ao longo de todo o processo educativo, bem como de verem a sua participação ser respeitada e considerada em todas as opções que lhes digam respeito.

Referimo-nos a várias dimensões transversais da voz: como instrumento de interação, de participação, de apropriação do conhecimento e de empoderamento social, promotores de desenvolvimento humano e de afirmação de cidadania.” (CNE, 2021, p. 75)

Nesta perspetiva, o AEA fomenta nos alunos práticas de cocolaboração, cooperação, coresolução, coesponsabilização, entre outras, nas várias atividades curriculares e extracurriculares, desde a educação pré-escolar até ao final da escolaridade obrigatória.

Neste processo, a Diretora reforçou o papel e a responsabilidade dos professores, pois tal como observa Fletcher (2005, citado em CNE, 2021) “Não basta apenas ouvir a voz do aluno. Os professores têm um imperativo ético de fazer algo a esse propósito com os alunos, e é por isso que o envolvimento significativo dos alunos é vital para a melhoria da escola.” (p.75)

Na perspetiva da Diretora, todas as atividades e projetos que envolvem a participação ativa dos alunos fomentam a possibilidade de estes alcançarem um saber prático dos procedimentos da sua existência cívica e política, adquirindo múltiplas posições otimistas de concretização e um envolvimento consciente nas tarefas que lhes são concedidas, práticas evidentes no AEA.

A participação de diretores, de professores e de alunos em congressos realizados por várias entidades internacionais como a OCDE, UNESCO ou a própria Comissão Europeia dão ênfase a temáticas que permitem valorizar a forma como os alunos pensam, como adquirem referências culturais e sobretudo do seu desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo, realizando encontros onde estes manifestam as suas preocupações e ouvem a sua voz.

Face aos resultados, a *Voz dos Alunos*, situam as práticas de participação a partir do quarto degrau definido por Hart (1992, citado em CNE, 2021) quando

“usou como metáfora uma escada com oito degraus, correspondentes a diferentes níveis de participação, que ilustram a progressiva implicação dos alunos nas decisões da escola, sendo que os três primeiros não são considerados formas de participação efetiva, mas aparentam ter voz. Só a partir do quarto degrau se avança para uma progressiva, mas nem sempre sustentada participação, até ao nível mais elevado, que corresponde ao envolvimento em projetos iniciados por crianças e jovens, cujas decisões são tomadas em colaboração com os professores”. (p. 76)

Tendo como base os resultados desta investigação nas diferentes dimensões dos *Destinos AEA* e nos *Destinos* dos seus alunos, constata-se que a ***Voz dos Alunos*** assume uma centralidade e importância efetiva e, tal como refere a Diretora, estamos perante *Whole Community Approach* e não apenas do *Whole school Approach*.

5. Referências Bibliográficas

- AEA. (2019). *Projeto Educativo*. Alcanena. Obtido em 9 de maio de 2021, de https://aealcanena.pt/pdfs/ProjetoEducativo_2019_2023_v.pdf
- AEA. (2020). Regulamento Interno. *Artigo 128º*. Alcanena. Obtido em 9 de maio de 2022, de https://aealcanena.pt/pdfs/Regulamento_Interno_final.pdf
- AEA. (2021). Relatório da disciplina de Cidadania. Obtido de https://aealcanena.pt/pdfs/Relatorio_AEAlcanena.pdf
- CNE (2021). Recomendação n.º 2/2021. *Diário da República*, 2.ª série. Obtido em 15 de maio de 2022, de https://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/recomendacoes/Recomendacao_n._2_2021_Voz.pdf
- Fernandes, H. (2013). Envolvimento do aluno na escola : um estudo em escolas de São Miguel. Obtido em 5 de maio de 2022, de <http://hdl.handle.net/10400.3/2047>
- Garcia, S. M. (1995). *Bases Psicopedagógicas de la Eucación Especial*. Alcoy: Ediciones Marfil.
- Lima, L. (1988). *A escola como organização e a participação na organização escolar: um estudo da escola secundária em Portugal (1974-1988)* (2.ª ed.). Braga: Universidade do Minho.
- Lima, L. (2002). *A organização escolar e a democracia radical - Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora (2.ª ed.). São Paulo: Cortez Editora.
- Ministério da Educação. (2008). Decreto-Lei n.º 75/2008. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 79 — 22 de Abril de 2008. Obtido em 7 de novembro de 2021, de <https://files.dre.pt/1s/2008/04/07900/0234102356.pdf>
- Ministério da Educação. (2012). Decreto-Lei n.º 137/2012. *Diário da República* n.º 126/2012, Série I de 2012-07-02, páginas 3340-3364. Obtido em 7 de novembro de 2021, de <https://files.dre.pt/1s/2012/07/12600/0334003364.pdf>
- Ministério da Educação. (2018). Decreto-Lei n.º 55/2018. *Diário da República* n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06, páginas 2928-2943. Obtido em 07 de novembro de 2021, de <https://files.dre.pt/1s/2018/07/12900/0292802943.pdf>
- Oliveira Martins, G. (2017). Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Lisboa, Portugal: Ministério da Educação/Direção Geral de Educação. Obtido de https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- Tomás, C., & Gama, A. (2011). Cultura de (não) participação das crianças em contexto escolar. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.21/1116>